



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

EDITAL

02ª CHAMADA DA LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO - FORMA PRESENCIAL Nº 022/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 308/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL DE SAÚDE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CLÍNICA GERAL, A FIM DE ATENDER TODOS OS COLABORADORES DESTA COMPANHIA, INCLUSIVE CARGOS COMISSIONADOS, DIRETORES E SERVIDORES CEDIDOS DA UNIÃO, ESTADO E PREFEITURAS, BEM COMO, SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES LEGAIS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 24/10/2024

HORÁRIO: 09h00min (horário local)

LOCAL DA SESSÃO: Auditório da CAER, situado à Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, CEP 69.306-610 - Boa Vista - Roraima.

CONTATOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS - SULIC

E-MAIL: licitacao@caer.com.br

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 07h30min às 13h30min (horário local).

FORMAS DE OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download no endereço eletrônico: www.caer.com.br/licitacoes/.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS (MODELO)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (MODELO)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (MODELO)

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NEM MENORES DE 16 (DEZESSEIS) ANOS EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE 14 (QUATORZE) ANOS (MODELO)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (MODELO)

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

EDITAL

02ª CHAMADA DA LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO - FORMA PRESENCIAL Nº 022/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 308/2023

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.939.467/0001-15, pessoa jurídica de direito privado, organizada na forma de Sociedade de Economia Mista Estadual, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro - Boa Vista - Roraima – CEP: 69.306-610, por intermédio de seu Agente de Licitação e sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº 481/2023 e Portaria nº 422/2024 respectivamente, torna público aos interessados que realizará licitação pelo **RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos deste Edital, regida pela **Lei Federal nº. 13.303/2016**, pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CAER - RILC**, bem como as cláusulas e condições constantes neste Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A licitação será realizada em sessão pública, no auditório da CAER, conforme as condições editalícias a seguir e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

1.2. O prazo para apresentação de propostas será de no mínimo **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório, nos termos do RILC.

1.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão somente os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

1.3.1. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CAER.

1.4. Toda e qualquer informação posterior a publicação, tais como respostas a esclarecimentos, suspensões, adiamentos e revogações, serão disponibilizadas no site da CAER (www.caer.com.br/licitacoes), sendo de responsabilidade dos licitantes o acesso à informação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

2. DA DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

2.1. Na data, horário e local designados no AVISO DE LICITAÇÃO, publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima e inseridos no site da CAER (www.caer.com.br/licitacoes/), será aberta a sessão pública pelo Agente de Licitação.

2.2. Se na data indicada para a abertura da licitação não houver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada e que não ocorra tempo hábil para a comunicação do fato, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.

2.3. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Boa Vista - Roraima.

3 - DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL DE SAÚDE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CLÍNICA GERAL, A FIM DE ATENDER TODOS OS COLABORADORES DESTA COMPANHIA, INCLUSIVE CARGOS COMISSIONADOS, DIRETORES E SERVIDORES CEDIDOS DA UNIÃO, ESTADO E PREFEITURAS, BEM COMO, SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES LEGAIS.**

3.2. Os serviços previstos neste Edital estão discriminados no Termo de Referência - ANEXO I, parte integrante do Edital.

4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E VALOR ESTIMADO

4.1. A execução dos serviços, objeto desta licitação, correrá à conta dos recursos financeiros próprios da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, sob unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: **41090.17122010.001.000/154/001.**

4.2. O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é sigiloso e será informado durante a etapa de negociação, salvo se sua publicidade trazer prejuízo à CAER, nos termos do RILC.

5 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

5.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimentos acerca do instrumento convocatório.

5.2. A impugnação deverá ser apresentada em até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do certame, devendo o Agente de Licitação julgar e responder à impugnação em até **03 (três) dias úteis**.

5.2.1. A impugnação deverá ser enviada para o e-mail: licitacao@caer.com.br, em arquivo não editável, formato PortableDocumentFormat (extensão .pdf) e devidamente assinada.

5.2.1.1. A impugnação deverá ser assinada, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

5.2.2. Decairá do direito de impugnar nos termos deste Edital perante a Administração da CAER, quem não o fizer até o quinto dia útil que antecede à data fixada para a sessão pública de abertura da licitação.

5.3. O pedido de esclarecimento deverá ser apresentado em até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do certame, devendo o Agente de Licitação julgar e responder em até **03 (três) dias úteis**.

5.3.1. Os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados através da internet, no e-mail: licitacao@caer.com.br, informando o número da licitação.

5.4. Na contagem dos prazos para apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimentos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

5.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados até **13:00 horas** do dia do vencimento.

5.6. As impugnações, os pedidos de esclarecimentos e suas respectivas respostas serão enviadas, por e-mail ao solicitante e publicadas no site da CAER, www.caer.com.br/licitacoes/, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas.

6 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam às condições exigidas neste Edital e Anexos.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

6.2. Estará impedido de participar desta licitação e de ser contratado pela CAER o profissional:

6.2.1. Que seja diretor ou empregado da CAER.

6.2.2. Declarado inidôneo pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2.3. Que não atenda as condições estabelecidas neste Edital ou não possua os documentos nele exigido.

6.3. Estará impedido, também:

6.3.1. A contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante.

6.3.2. A contratação de quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: Membro de Conselho, Diretor ou Superintendente da CAER; Empregado da CAER cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; Autoridade de qualquer dos poderes do Estado de Roraima.

6.3.3. A contratação do profissional, que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAER há menos de **06 (seis) meses**.

6.4. Caso seja constatada alguma das situações referidas acima, ainda que *a posteriori*, o licitante será excluído do certame.

7 - DO CREDENCIAMENTO

7.1. O credenciamento do profissional será feito mediante apresentação de documento oficial de identificação que contenha foto e comprovante de registro ou inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM.

7.2. Os licitantes poderão enviar representante credenciado à participação, respondendo este pelos mesmos, sendo que para tanto deverão apresentar a seguinte documentação:

7.2.1. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, na qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 7.1.

7.2.2. No caso de procurador, este deverá apresentar documento oficial de identificação que contenha foto, do OUTORGANTE e do OUTORGADO.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

7.3. Todos os documentos relacionados neste item poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou no caso de apresentação de cópia simples, **a cópia deverá ser acompanhada da original**, para autenticidade durante a sessão.

7.4. A apresentação de declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

7.5. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

7.6. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

7.7. Será admitido o substabelecimento do credenciamento desde que devidamente justificado e previsto no instrumento de procuração com poderes específicos para tanto.

7.8. O não credenciamento de qualquer dos licitantes implicará em sua renúncia à prática dos atos que lhes são próprios durante o transcurso das sessões desta licitação, tais como: oferecer lances e interpor recursos administrativos.

7.9. O não credenciamento de qualquer dos licitantes não importa em desclassificação.

7.10. O profissional que assim desejar poderá enviar seus envelopes via correio ou por outro meio semelhante, desde que sejam entregues antes do início da sessão, na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER. Neste caso, fica impedida de ofertar lances verbais e de se utilizar da prerrogativa de manifestar intenção de recurso, salvo em situações em que a sessão seja suspensa e a oferta de lances ou a motivação para interposição de recurso venham ocorrer em outra data, e o licitante, estando presente a essa nova sessão, munido dos documentos necessários ao credenciamento, poderá fazer uso dessa prerrogativa.

7.11. Esclarece-se que o credenciamento é um procedimento que antecede ao ato da abertura dos envelopes, logo, todos os documentos previstos neste item deverão estar em mãos dos representantes, no momento da abertura da sessão, para apresentação ao Agente de Licitação, sendo desconsiderados se inseridos no Envelope 02 - DA HABILITAÇÃO.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE 01

8.1. A Proposta de Preços deverá conter no mínimo os seguintes dados:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.1.1. Ser apresentada em língua portuguesa, em única via, ser impressa eletronicamente, de preferência em papel tamanho A-4, com a identificação do profissional, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada em todas as folhas pelo representante legal da licitante, conforme modelo constante do **ANEXO II** - deste Edital.

8.1.1.1. A Proposta de Preços deverá conter todos os elementos exigidos neste Edital, em especial:

- a)** Preços unitários e totais de cada item que compõem o serviço, assim como o valor total da proposta, em reais, grafado em algarismo e por extenso, e **DEVERÁ** ser apresentado com **2 (duas) casas decimais**;
- b)** O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **120 (cento e vinte) dias** corridos, contados da data abertura da licitação. Caso na proposta não apresente prazo de validade será este considerado.

8.2. A licitante deverá considerar na elaboração da Proposta de Preços todas as despesas necessárias à execução total dos serviços, conforme as especificações e Anexos contidos neste Edital. Os preços unitários e globais contratuais incluirão, entre outros, encargos relacionados com as seguintes despesas, se for o caso:

- 8.2.1.** Insumos e materiais necessários para a execução dos serviços, excluídos aqueles fornecidos pela CAER;
- 8.2.2.** Mão-de-obra especializada ou não;
- 8.2.3.** Transportes e deslocamentos;
- 8.2.4.** Utilização de equipamentos;
- 8.2.5.** Despesas com alimentação e hospedagem;
- 8.2.6.** Tributos e demais despesas diretas e indiretas, lucro e etc.;
- 8.2.7.** Dispendios resultantes de tributos, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, sem que lhe caiba em qualquer caso, direito regressivo em relação à CAER.

8.3. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua Proposta de Preços, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

8.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.5. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta comercial, ou seja, de, no mínimo, **120 (cento e vinte) dias**, e caso persista o interesse da CONTRATANTE, poderá ser solicitada prorrogação da vigência acima referida.

9 - DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

9.1. Da conformidade, Ordenação e Classificação das Propostas

9.1.1. O Agente de Licitação realizará a análise preliminar de aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que:

- a)** Apresentarem cotação parcial para determinado **item**.
- b)** Apresentarem prazo de execução do serviço superior ao estabelecido no Anexo I - Termo de Referência.
- c)** Apresentarem mais de uma proposta, com valores diferentes.

9.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.1.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9.2. Do Início da Fase de Lances

9.2.1. Verificada a conformidade das propostas, o Agente de Licitação selecionará as propostas para a fase de lances, observando os seguintes critérios:

- a)** Seleção da proposta que vier a apresentar o menor valor e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.
- b)** Caso não seja verificada a presença de pelo menos 03 (três) propostas nas condições acima, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, salvo quando for verificado empate de preços, hipótese em que todas as propostas empatadas serão selecionadas.

9.2.2. Ultimadas as providências anteriores, o Agente de Licitação convocará as licitantes credenciadas e classificadas para formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

9.2.3. Os lances serão formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

9.2.4. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

9.2.5. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas neste Edital.

9.2.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Agente de licitação, implicará a exclusão do licitante apenas da fase competitiva do certame, permanecendo o último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.2.7. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor constante na proposta apresentada para efeito da classificação final.

9.2.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os licitantes selecionados para tanto declinarem à formulação de novos lances.

9.3. Da Negociação da Proposta

9.4.1. Encerrada a fase de lances, confirmada a efetividade do lance ou proposta melhor classificada, ou que passe a ocupar essa posição, o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosa, nos termos do Regulamento;

9.4.1.1. A negociação será realizada em sessão pública;

9.4.1.2. Quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas, podendo o Agente de Licitação negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação.

9.4.2. Para o exame da proposta melhor classificada, o licitante deverá apresentar, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do Agente de Licitação na sessão, os documentos a seguir elencados, adequados ao último lance ofertado após negociação:

9.4.2.1. Proposta de Preços, com quantitativos, preços unitários e totais, devidamente assinada pelo representante legal, cujos itens, discriminações, unidades de medição e quantidades, **NÃO** poderão ser alterados pela licitante, exceto quando devidamente estabelecido em COMUNICADOS.

9.4.2.1.1. Para efeito de preenchimento da Proposta de Preços, a licitante **NÃO PODERÁ**:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- a) cotar preço unitário e total superior ao orçamento previamente estimado pela CAER, ou preço global inexecutável;
- b) deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços.

9.4.2.1.2. Todos os resultados das operações aritméticas realizadas na elaboração da Proposta de Preços, inclusive as parciais, devem ter suas **partes decimais consideradas com DUAS CASAS**, utilizando-se as regras matemáticas de aproximação (arredondamento).

9.4.2.1.3. A Proposta de Preços deverá ser assinada, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

9.4.2.1.4. Caso a Proposta de Preços seja assinada à mão, deverá ser protocolado na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade com as condições e especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, inclusive quanto ao valor estimado, para efeito de sua aceitabilidade.

10.1.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **MENOR PREÇO DO ITEM**;

10.2. O Agente de Licitação poderá convocar técnicos da(s) área(s) pertinente(s) ao objeto licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações do Edital;

10.3. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.4. O Agente de Licitação promoverá diligência, sempre que necessário, de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, e/ou retificar eventuais erros havidos em sua proposta, desde que, neste caso, esta retificação não implique em alteração da vantajosidade inicialmente ofertada.

10.5. Quando solicitado, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado quanto aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

10.6. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

10.7. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.8. Os preços unitários das propostas não poderão exceder aos preços unitários estabelecidos no orçamento estimado pela CAER.

10.9. Erros formais e materiais sanáveis no preenchimento da Proposta de Preços não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Proposta de Preços puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

10.10. Será desclassificada a Proposta de Preços que contenha vícios insanáveis, não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Licitação e que descumpra as condições e especificações técnicas constantes deste Edital.

10.11. O licitante que abandonar o certame, deixando de apresentar a documentação indicada neste Edital, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.12. Quando todos os licitantes forem desclassificados, o Agente de Licitação poderá fixar prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas que culminaram nas respectivas desclassificações, ou declarar fracassada a licitação.

11 - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE 02

11.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues, **concomitantemente** com a proposta, na data e horário marcados para a abertura da sessão pública.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.2. Todas as certidões deverão estar com prazo de validade vigente na data de sua apresentação.

11.3. Para as certidões que não mencionarem o prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** contados da data da emissão do documento, salvo disposição legal do emitente, que deverá ser anexado à Certidão.

11.4. Documentos apresentados com a validade expirada, poderão acarretar a inabilitação do Proponente.

11.5. Será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas no item 6 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO, mediante consulta ao:

11.5.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

11.5.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis;

11.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep.

11.6. As consultas previstas nos subitens anteriores realizar-se-ão em nome do profissional.

11.7. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.8. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação dos licitantes será realizada mediante a apresentação dos documentos elencados nos subitens subsequentes.

11.9. O não atendimento ao previsto neste item 11 e seus subitens poderá implicar em instauração de processo administrativo, para aplicação das penalidades previstas no Regulamento.

11.10. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.10.1. Para Pessoa Física:

- a) Cédula de identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Prova de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.11. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.11.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se comprove que a licitante já executou serviços semelhantes ao objeto da licitação.

11.11.1.1. O atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a especificação do serviço, a identificação da empresa ou entidade que forneceu o atestado, assinatura e o telefone, para diligência, se for o caso.

11.12. DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS:

11.12.1. Declaração de pleno conhecimento e aceitação dos termos do Edital e seus anexos, **conforme modelo constante do ANEXO III – deste Edital;**

11.12.2. Declaração expressa da licitante da inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação, **conforme modelo constante do ANEXO IV – deste Edital;**

11.12.3. Declaração de idoneidade, **conforme modelo constante do ANEXO V – deste Edital;**

11.12.4. Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, **conforme modelo constante do ANEXO VI – deste Edital;**

11.12.5. Declaração de não vínculo com a Administração Pública, **conforme modelo constante do ANEXO VII – deste Edital.**

11.16. Procedimento de Verificação:

11.16.1. Os documentos para habilitação, deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou ainda publicação em órgão de imprensa oficial, e/ou documento disponível no site oficial do órgão emissor.

11.16.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

11.16.3. Os documentos apresentados em cópias simples, deverão ser **acompanhada da original**, para autenticidade do mesmo.

11.16.4. O Agente de Licitação poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.16.5. Ao Agente de Licitação e membros da equipe de apoio será facultada a promoção de diligências e a solicitação de esclarecimentos aos licitantes, sempre que julgarem necessário, para o fim de elucidar ou complementar a instrução do processo.

11.16.6. Eventuais falhas, omissões ou irregularidades formais, que não sejam relevantes ou causem prejuízo à CAER ou aos licitantes, poderão ser dirimidas durante a sessão pública de processamento.

11.16.7. Se a proposta vencedora não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Licitação verificará a efetividade das propostas dos demais licitantes e o atendimento às condições de habilitação, na ordem de classificação e aplicando-se os mesmos critérios, até a apuração de uma proposta que atenda este Edital.

11.16.8. É de caráter eliminatório o não atendimento das condições de habilitação solicitadas neste item 11 e subitens.

11.16.9. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

12.2. Declarado o vencedor do certame, será facultado aos licitantes credenciados a imediata e motivada intenção de interposição de recurso, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

12.2.1. No caso de apresentação do recurso ou a contrarrazão em documento físico, a via original deverá ser assinada pelo representante legal do licitante e entregue, sob protocolo, na sala Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER, sendo considerada efetivamente a data de recebimento;

12.2.2. No caso do recurso ou a contrarrazão serem enviados por e-mail, será obrigatória a assinatura, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, sendo considerada efetivamente a data de recebimento pela Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER.

12.2.3. O licitante deverá apresentar as razões do recurso, de que trata o subitem 12.2, no



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após o julgamento da habilitação, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, independentemente de intimação.

12.2.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o Agente de Licitação estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2.5. Expirado o prazo para contrarrazão, com ou sem elas, o recurso será submetido à Autoridade Competente para análise e julgamento, salvo se apresentados de forma intempestiva.

12.2.6. O acolhimento de recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.3. O recurso será dirigido ao Agente de Licitação, o qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a este reconsiderar ou não sua decisão no prazo de **05 (cinco) dias úteis** e, independente da sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, devendo à Autoridade Superior proferida a decisão final no prazo de **05 (cinco) dias úteis**.

12.3.1. Os prazos previstos no subitem 12.3 poderão ser prorrogados em razão da complexidade da matéria abordada, devendo tal decisão ser comunicada aos licitantes.

12.4. O recurso contra a decisão do Agente de Licitação terá efeito suspensivo apenas para o que disser respeito.

12.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por e-mail.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados os autos serão encaminhados a autoridade competente, que poderá:

13.1.1. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.1.2. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supráveis.

13.1.3. Revogar o procedimento; ou

13.1.4. Anular o procedimento.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.2. Na ausência de recurso, caberá ao Agente de Licitação adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor homologação.

13.2.1. A Autoridade Competente poderá decidir pela homologação, ou ainda, pela aplicação dos subitens 13.1.2., 13.1.3. ou 13.1.4. do subitem 13.1.

13.3. A autoridade competente para homologação da licitação poderá decidir discricionariamente pela sua revogação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontrolável, por iniciativa própria ou provocação de terceiros.

13.3.1. A licitação também poderá ser revogada caso não seja obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação ou quando o convocado não assinar o contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos.

13.4. Depois de iniciada a fase de apresentação de propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder aos licitantes que manifestem interesse em contestar o respectivo ato no prazo apto a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.4.1. A manifestação para o exercício de contraditório e ampla defesa será realizada no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir da publicidade da decisão.

13.4.2. Não apresentadas manifestações pelos interessados, a decisão se efetivará sem necessidade de nova atuação da Autoridade Competente.

13.4.3. Se apresentadas manifestações pelos interessados, a Autoridade Competente analisará os argumentos e poderá, motivadamente, reconsiderar ou efetivar a decisão.

14 - DO CONTRATO

14.1. Homologado a licitação pela Autoridade Competente, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, sendo-lhe concedido para tanto o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da convocação.

14.1.1. Poderá a CAER, no seu interesse, ou, desde que solicitado pela parte interessada durante o transcurso do prazo, mediante motivos justificados, prorrogar por uma vez e por igual período, o prazo citado neste Edital.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.1.2. É facultado à CAER, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, ou, convocado, não o assinar, no prazo e condições estabelecidas neste Edital e no RILC:

14.1.2.1. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do Contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

14.1.2.1.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 14.1.2.1, é facultado à CAER convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

14.1.2.2. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no RILC da CAER.

14.1.3. Convocado para assinar o contrato, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista em lei e no RILC.

14.1.4. A não assinatura no prazo acima estipulado será considerado como recusa.

14.1.4.1. Neste caso, a recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei e no RILC da CAER, excetuando os licitantes remanescentes.

14.2. Condições para Assinatura do Contrato

14.2.1. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter-se nas mesmas condições exigidas quando da habilitação.

15 - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

16 - DA REPACTUAÇÃO

16.1. O valor consignado neste Termo de Contrato poderá ser repactuado, competindo a CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculos e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.2. A repactuação respeitará ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários execução do serviço.

16.3. O interregno mínimo de (um) ano para primeira repactuação será contado:

16.3.1. Para os custos relativos mão de obra, vinculados data-base da categoria profissional: partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente época da apresentação da proposta, relativo cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

16.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

16.3.3. Para os demais custos, sujeitos variação de preços do mercado: partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

16.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data do início dos efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

16.5. O prazo para CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

16.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

16.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, uma nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de (um) ano, contado:

16.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

16.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

16.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

16.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

16.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

16.11. CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

16.12.1. Quando repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

16.12.2. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

16.12.3. As particularidades do contrato em vigência;

16.12.4. A nova planilha com variação dos custos apresentados;

16.12.5. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

tarifas públicas ou outros equivalentes;

16.12.6. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada;

16.12.7. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

16.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

16.13.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

16.13.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

16.13.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

16.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

16.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

16.16. prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

16.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

16.18. A CONTRATADA deverá complementar a garantia a contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para repactuação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

17 - REVISÃO CONTRATUAL

17.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;
- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;
- V** – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- VI** – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

18 - DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, conforme agência e conta corrente indicada pela contratada, que deverá conter o detalhamento do objeto executado;

18.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do serviço;

18.3. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

18.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

18.5. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

19 - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

- I.** advertência;
- II.** multa moratória;
- III.** multa compensatória;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

IV. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

20.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

20.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

20.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

20.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

20.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

20.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I. nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ou do sal do remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

20.8. Ocorrendo infração contratual apenada apenas coma sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

20.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

20.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

20.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

20.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

20.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

20.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

20.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

20.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

20.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

20.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

20.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

21 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do RILC.

22 - DA PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DOS DADOS PESSOAIS

22.1. Este certame observará as disposições da Lei de Geral de Proteção de Dados, Lei Nº 13.709/18, para tratamento dos dados pessoais informados pelo(s) licitante(s), ou contratado(s).

22.2. A participação neste procedimento licitatório e na contratação, implica no consentimento para compartilhamento de dados pessoais para atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais alencados no art. 6º da Lei Nº 13.709/2018.

23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. É facultado ao Agente de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

23.2. Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Agente de Licitação, a suspensão das sessões públicas, seja para análise ou diligências dos documentos constantes no ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇOS e ENVELOPE B - HABILITAÇÃO ou em caso fortuito ou de força maior que impossibilite a continuidade da sessão.

23.3. O objeto licitado será recebido em estrita observância aos critérios estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

23.4. Os documentos entregues pelas licitantes ao Agente de Licitação, quando for o caso, deverão ser assinados, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

23.4.1. Caso os mesmos sejam assinados à mão, o documento físico deverá ser protocolado na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC.

23.5. Na execução contratual, a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas na Minuta Contratual, que fazem parte do presente Edital.

23.6. A CONTRATADA é obrigada a manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

23.7. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.8.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

23.9. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretados em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Companhia, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

23.10. A licitante deverá indicar endereço de e-mail da qual receberá as comunicações relativas a todas as fases do processo, devendo comunicar eventuais alterações do mesmo.

23.11. Não serão atendidas solicitações verbais.

23.12. O presente Edital, estará disponibilizado na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.caer.com.br/licitacoes/> e, deverá ser consultado constantemente, tendo em vista a possibilidade de eventuais comunicados ou esclarecimentos futuros.

23.13. É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do certame licitatório.

23.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.15. Os envelopes de habilitação, que permanecerem lacrados, das empresas não vencedoras no certame ficarão à disposição dos interessados para serem retirados após a assinatura do contrato pela empresa vencedora, por um período de **60 (sessenta) dias**, e após serão descartados pelo Agente de Licitação.

23.16. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação pertinente e nas normas de direito comum.

23.17. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

23.18. É assegurado ao licitante a obtenção de cópia digital dos autos referente ao presente procedimento licitatório, mediante solicitação via e-mail e preenchimento do requerimento que será disponibilizado pela SULIC.

23.18.1. O prazo mínimo para entrega das cópias é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do requerimento pela SULIC.

24 - DO FORO

24.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Boa Vista - RR, 27 de setembro de 2024.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER